

Este capítulo detalha as condições de vida no Estado de São Paulo a partir do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM, em 1991 e 2000, Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS, em 2000 e 2002, e Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS, em 2000. Essas medidas contemplam tanto os aspectos econômicos do desenvolvimento quanto as dimensões sociais, tais como educação e saúde.

Enquanto o IPRS representa uma tomada da situação municipal em termos de desempenho econômico cotejado por medidas sociais, em nível macro, o IPVS permite a localização de bolsões de pobreza, não somente nas regiões deprimidas ou mais pobres, mas principalmente nos grandes municípios que, apesar de apresentarem bons índices sociais e de riqueza, não se encontram isentos de possuírem, em seu interior, contingentes socialmente vulneráveis.

A disponibilidade desses dois conjuntos de indicadores – IPRS e IPVS – possibilita uma radiografia da situação socioeconômica dos municípios paulistas, de sua trajetória recente e de seus principais desafios, além de permitir a comparação com os demais municípios de sua região e do Estado.

No período de 1991 a 2000, os 645 municípios do Estado de São Paulo registraram avanços significativos em termos de desenvolvimento humano, segundo o IDHM. Entre os seus componentes, a escolaridade foi o que apresentou melhora expressiva.

Segundo a tipologia do IPRS, os municípios com os maiores níveis de riqueza (grupos 1 e 2) concentram-se em dois eixos que acompanham as principais rodovias do Estado e se interceptam no Município de São Paulo. O grupo 1 engloba os maiores municípios e sedes das regiões metropolitanas. Os do grupo 2 localizam-se basicamente na Região Metropolitana da Baixada Santista e no entorno metropolitano de São Paulo e Campinas. O noroeste paulista concentra municípios pequenos e com baixos níveis de riqueza, mas sua população detém bons indicadores sociais (grupo 3). Os municípios do grupo 4 caracterizam-se por não possuir um claro padrão espacial, estando presentes em praticamente todas as regiões do Estado. Os do grupo 5, por sua vez, concentram-se nos tradicionais bolsões de pobreza do Estado: Vale do Ribeira, Pontal do Paranapanema e alguns municípios da Região da Serra da Bocaina.

Apesar da manutenção do padrão espacial entre 2000 e 2002, algumas mudanças importantes das condições de vida regionais foram observadas, como o avanço no Vale do Ribeira e o relativo agravamento das condições socioeconômicas no Pontal do Paranapanema.

Além disso, verificou-se pequena variação na distribuição dos municípios paulistas segundo a classificação do IPRS no período, configurada por um aumento no número de municípios do grupo 1 e menor representação de municípios no grupo 5, caracterizado por baixa riqueza municipal e baixos índices de longevidade e escolaridade.

No que se refere à distribuição espacial dos níveis de escolaridade no Estado, os melhores desempenhos nesta dimensão ocorreram entre os municípios situados a oeste e os menores foram verificados naqueles localizados ao sudeste do Estado. As regiões de Registro, Sorocaba e Região Metropolitana da Baixada Santista classificam-se abaixo do escore médio estadual de 52 pontos.

No conjunto do Estado, observa-se boa cobertura do ensino fundamental e da educação infantil. Com efeito, a proporção de jovens de 15 a 17 anos que concluíram o ensino fundamental atingiu 68,1%, e a de crianças de 5 a 6 anos frequentando a pré-escola elevou-se para 75%, em 2002.

O ensino médio, com um desempenho mais modesto, apresenta baixos níveis de conclusão na faixa etária considerada, o que pode ser consequência do atraso escolar, ainda presente no sistema educacional do Estado de São Paulo. A proporção de jovens de 18 a 19 anos com ensino médio completo chegou a 37,7% no Estado.

Quanto à longevidade, os mais baixos escores da escala situam-se nos municípios a sudoeste do Estado, onde se concentram os menores níveis da sobrevivência infantil. Mas precisamente na Região Metropolitana da Baixada Santista (21 óbitos infantis por mil nascidos vivos), Sorocaba (17,7 óbitos por mil nascidos vivos), Registro (17,1 óbitos por mil nascidos vivos) e São José dos Campos (16,3 óbitos por mil nascidos vivos).

A mortalidade entre os idosos exibe menores taxas nos municípios a oeste do Estado. Em contrapartida, os maiores níveis da mortalidade adulta concentram-se nas imediações dos centros urbanos, com taxas que chegam a 2,0 óbitos por mil habitantes entre 15 e 39 anos, vítimas das causas externas de mortalidade, principalmente agressões e acidentes de trânsito.

O IPVS classificou, em 2000, 8,5% dos setores censitários, com população de 2,5 milhões de pessoas, isentos de vulnerabilidade e 8,6%, que abrigam 3,6 milhões de pessoas, como áreas de vulnerabilidade muito alta.

Localidades identificadas como de baixa ou muito baixa vulnerabilidade equivalem a 45,4% dos setores censitários, correspondendo a aproximadamente 17 milhões de pessoas. Assim, as áreas menos vulneráveis à pobreza (nenhuma, muito baixa e baixa) concentravam mais da metade da população paulista, em 2000. A outra parcela da população

do Estado residia em áreas classificadas como de vulnerabilidade média, alta ou muito alta, correspondendo a 46,1% dos setores censitários.

A cartografia da vulnerabilidade no Estado mostra uma estreita correspondência com a concentração da riqueza dos municípios paulistas. As áreas sob nenhuma vulnerabilidade localizam-se quase exclusivamente em municípios com mais de 100.000 habitantes, assim como as de muito alta vulnerabilidade. A capital concentra o maior contingente nos dois extremos da escala da vulnerabilidade: 27% dos residentes em setores censitários considerados de muito alta vulnerabilidade no Estado, e 57% em áreas com nenhuma vulnerabilidade.

A representação espacial do IPVS na Região Metropolitana de São Paulo revela a heterogeneidade e a enorme segregação espacial existente. Nesse sentido, a cartografia da vulnerabilidade social destaca a concentração periférica de setores classificados como de alta e muito alta vulnerabilidade, principalmente das zonas sudoeste e leste, e uma distribuição mais concêntrica dos setores classificados como de baixa vulnerabilidade (muita baixa e baixa). A predominância dos grupos mais vulneráveis nas áreas periféricas sugere a existência de intensos processos de segregação na metrópole.

Na Região Metropolitana de Campinas, o padrão espacial do município-sede caracteriza-se grosso modo por um aglomerado de bairros centrais que concentra os mais baixos níveis de vulnerabilidade, uma periferia distante a norte e sudeste com incrustações de setores de baixa vulnerabilidade, bem como uma periferia a oeste e municípios contíguos (Sumaré, Hortolândia, Paulínia), com alta densidade de setores censitários mais vulneráveis à pobreza. Observa-se, ainda uma alta densidade de setores censitários de nenhuma e baixa vulnerabilidade nos municípios de Vinhedo e Valinhos, que concentram muitos condomínios de classe alta.

Na região da Baixada Santista, a distribuição dos grupos do IPVS caracteriza-se pela localização dos setores censitários de baixa e muito baixa vulnerabilidade ao longo da faixa litorânea, em especial no município de Santos, e os assentamentos de maior precariedade no interior da região, reproduzindo a segregação espacial da pobreza existente nas grandes aglomerações urbanas como a RMSP. O modelo de ocupação urbana, caracterizado pelo elevado número de novos empreendimentos imobiliários ligados às atividades de veraneio em quase todas as cidades da região aliado à atração de mão-de-obra externa, expulsa segmentos populacionais para territórios periféricos e encostas, demarcando a fronteira espacial da pobreza. O município de Cubatão apresenta grande concentração de setores de muito alta vulnerabilidade.